

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

CURVA DE SALÁRIO

UMA ANÁLISE COMPARATIVA

Raphaela Kreimer Alves
Nº de matrícula 9216018

Orientador: Gustavo Gonzaga

Dezembro de 2000.

Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor.

“As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor”.

Agradecimentos:

Aos meus pais, ao meu irmão, aos amigos e colegas, ao meu orientador Gustavo Gonzaga, ao meu tutor Márcio Garcia e a Daniele Caruse pelo apoio na execução deste trabalho.

INDÍCE

I - INTRODUÇÃO	6
II - CURVA DE SALÁRIO COMO UM INDICADOR DE FLEXIBILIDADE	8
III - CURVA DE SALÁRIO – ASPECTOS TEÓRICOS	
III. I - Salário Eficiência	10
III.II - Barganha Salarial	13
IV - ANÁLISE EMPÍRICA DA CURVA DE SALÁRIO	15
IV. I - Curva de Salário para os Estados Unidos	17
IV. II - Curva de Salário para a Inglaterra	27
IV.III - Curva de Salário para a Alemanha	35
V - RESULTADOS EMPÍRICOS COMPARATIVOS PARA O BRASIL	40
VI - CONCLUSÃO	46
VII - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	48
VIII - ANEXOS	50

I - INTRODUÇÃO

A economia brasileira está crescentemente se inserindo num processo de globalização, este processo torna economias emergentes como o Brasil, mais vulneráveis a choques externos. Estes, na maioria das vezes, provocam desequilíbrios internos, como alterações na taxa de desemprego, o que pode acarretar custos sociais elevados, se despendido um longo período à recuperação do equilíbrio no mercado de trabalho.

Necessitamos desenvolver métodos de análise do comportamento e caracterização do mercado de trabalho brasileiro, para que se criarmos mecanismos de defesa e soluções eficazes, contra esses efeitos adversos, além de uma avaliação comparativa quando da inserção do país no contexto internacional.

Neste trabalho, pretendemos desenvolver um estudo da “Curva de Salário” que nos permita medir o grau de flexibilidade salarial de uma economia (determinante fundamental do seu desempenho), o que pode ser feito através do estudo de sua inclinação. Isto nos dará uma noção mais clara da intensidade do efeito de choques exógenos em uma determinada economia, no caso o Brasil. Podemos, também, através do seu estudo, fazer comparações, analisando de forma mais precisa o comportamento do salário e do índice de desemprego, em algumas nações.

Podemos gerar uma curva de salário tomando como base os modelos de salário eficiência e barganha salarial. Nestes dois casos a curva de salário descreve como o ponto de equilíbrio da economia se altera, na medida em que a produtividade do trabalho flutua.

Este trabalho foi dividido em seis seções, incluindo a introdução, seção I. A seção II, define a importância da curva de salário como um indicador da flexibilidade do mercado de trabalho; na seção III, discorreremos sobre os aspectos teóricos da curva de salário, que se origina dos modelos de Barganha Salarial e Salário Eficiência; a seção IV, desenvolve um estudo empírico da curva de salário nos países: Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha, respectivamente. Em seguida na seção V procuramos fazer uma análise comparativa para o caso brasileiro. Por último faremos uma conclusão, seção VI.

II - CURVA DE SALÁRIO COMO UM INDICADOR DE FLEXIBILIDADE

O grau de flexibilidade é definido, como a capacidade dos preços e quantidades transacionados num determinado mercado se ajustarem rapidamente a choques nas curvas de demanda e oferta. Afirma também que, quanto maior a flexibilidade do mercado de trabalho menor a sensibilidade do emprego a um choque de produtividade, pois num mercado perfeitamente flexível, todo ajuste deveria ocorrer no salário, com o desemprego sendo mantido constante.

A flexibilidade salarial pode ser medida pela inclinação da “Curva de Salário”, que consiste na relação entre nível salarial e taxa de desemprego e demonstra como o mercado de trabalho se ajusta a choques exógenos de produtividade.

A inclinação da curva de salário, utilizada como medida da flexibilidade salarial, possui dois extremos, um mercado com perfeita flexibilidade e outro com perfeita rigidez salarial.

Um choque de produtividade num mercado perfeitamente flexível- assumindo uma oferta de trabalho perfeitamente inelástica – resultaria numa queda salarial acentuada, mantendo-se o nível de desemprego constante, o que corresponde a uma curva de salário vertical. Por outro lado, com a perfeita rigidez salarial o choque seria absorvido através de uma queda no nível de emprego, ou seja, um aumento na taxa

de desemprego, mantendo-se o nível salarial constante, originando uma curva de salário perfeitamente horizontal.

Como resultado final destes dois efeitos extremos, temos que o choque de produtividade seria absorvido por uma queda no nível salarial e por um aumento na taxa de desemprego. O aumento na taxa de desemprego, para uma dada queda nos salários, seria tão menor quanto mais flexível fosse o mercado de trabalho. Conclui-se que a inclinação da curva de salário é um bom indicador do grau de flexibilidade do mercado de trabalho.

III – CURVA DE SALÁRIO – ASPECTOS TEÓRICOS

A curva de salário pode ser gerada através de dois modelos: “Salário Eficiência” e “Barganha Salarial”. Com base nos mesmos, ela descreve como o ponto de equilíbrio da economia se altera na medida em que a produtividade do trabalho flutua. Choques que levam a um crescimento na produtividade resultam em altos salários e baixas taxas de desemprego, enquanto quedas na produtividade levam à queda nos salários e crescimento na taxa de desemprego.

Para a descrição dos modelos, foram adotadas as condições de homogeneidade de firmas e trabalhadores, oferta de trabalho perfeitamente inelástica e firmas maximizadoras de lucros.

III.I - Salário Eficiência:

Este modelo consiste em, firmas escolherem o nível de emprego e de salário real que maximizam os seus lucros, e trabalhadores o nível de esforço que lhes garanta, a maximização de sua utilidade.

O nível de esforço do trabalhador no salário eficiência é crescente com o salário real e com a taxa de desemprego. Quanto maior o desemprego, maior o custo para o trabalhador de perder o emprego, da mesma maneira ocorre com um salário mais

alto. Deste modo, empregados são disciplinados e motivados a trabalharem de maneira eficiente.

A equação de maximização da firma é dada por:

$$p \cdot \text{MAX}_{\omega, l} \{f[l \cdot e(\omega, \mu)] - \omega \cdot l\}$$

onde:

μ = taxa de desemprego

λ = nível de produtividade

p = preço do produto

l = nível de emprego

w = salário nominal

w/p = salário real

As variáveis μ , λ , p são tomadas no modelo, como dadas (exógenas), enquanto o nível de emprego e o salário nominal são escolhidos pela firma de forma a maximizar o lucro.

O salário real e o nível de emprego escolhido devem satisfazer ao seguinte par de equações:

$$e(l, \omega, u) \cdot \omega = e(\omega, u), \omega = \omega/p$$

$$f'(l, e(\omega, u)) \cdot e(\omega, u) = \omega$$

$$\text{onde, } e(\omega/p, u) = g(\omega/p \cdot e^{(a + du)})$$

Após algumas manipulações algébricas, temos o salário real e o nível de desemprego de equilíbrio, que corresponde respectivamente a:

$$\mathbf{Log(\omega(\lambda)) = \log(\omega(u(\lambda)),\lambda)}$$

$$\mathbf{(1 - b)\log(1 - u(\lambda)) - du(\lambda) = a + \log(\lambda)}$$

Para o nível de produtividade do trabalho λ , temos $l(\lambda)$, $\mu(\lambda)$, $\omega(\lambda)$, correspondentes às taxas de emprego, desemprego e salário.

A equação da curva de salário originada neste modelo, é representada por:

$$\mathbf{Log \omega(\lambda) = - a - d.\mu(\lambda)}$$

e descreve o conjunto de pontos de equilíbrio da economia, de acordo com as flutuações da produtividade. Para $d > 0$ temos uma curva de salário negativamente inclinada, onde valores altos para a produtividade do trabalho induzem a altos salários reais e a baixas taxas de desemprego, da mesma forma que baixos valores da produtividade, refletem baixos salários reais e altas taxas de desemprego. O modelo apresenta uma taxa de desemprego e um nível salarial de equilíbrio para cada valor da produtividade do trabalho, λ , e o conjunto destes pontos de equilíbrio constitui a curva de salário.

O parâmetro “d”, neste modelo, corresponde ao impacto do desemprego sobre a produtividade dos trabalhadores e fornece a magnitude da inclinação da curva de salário.

Quanto maior “d”, menor deverá ser a sensibilidade da taxa de desemprego à produtividade com relação à sensibilidade do nível salarial à produtividade do trabalho, portanto, a inclinação da curva de salário será maior, quanto maior for “d”. Se “d” tender a infinito, a curva de salário se tornará vertical, refletindo uma taxa de desemprego independente da produtividade do trabalho.

Podemos provar, derivando a curva de salário em relação a variável produtividade, λ .

$$\text{Log}(\omega(\lambda)) = -a - d\mu(\lambda)$$

$$\omega'(\lambda)/\omega(\lambda) = -d\mu'(\lambda) \rightarrow \downarrow \mu'(\lambda)/\omega'(\lambda) = \downarrow -1/\uparrow d\omega(\lambda)$$

Conclui-se, portanto, que o parâmetro “d” é um bom indicador do grau de flexibilidade salarial do mercado de trabalho.

III.II - Barganha Salarial:

Muitos países industrializados possuem um grande setor sindicalizado. Devemos pensar no modelo de barganha salarial, como uma definição da relação entre remuneração e desemprego, no referente mercado de trabalho. A hipótese central afirma que o desemprego enfraquece o poder de barganha dos trabalhadores reduzindo a parcela de receita, que estes poderiam apropriar.

O modelo apresenta uma relação negativa entre salário e desemprego, um alto nível de desemprego no mercado de trabalho, corresponde a uma baixa

remuneração para o trabalhador. O salário de equilíbrio é, portanto, uma função decrescente do desemprego.

Neste modelo, o nível de salário é determinado através de uma negociação entre firmas e trabalhadores. Após a determinação do salário, a firma escolhe o nível de emprego com o objetivo de maximizar o seu lucro- no processo de barganha, a firma é maximizadora de lucros e os trabalhadores procuram maximizar o seu ganho salarial real relativo à situação de desemprego.

Equação de maximização:

$$\Pi(p, \omega) = p \text{MAX}_l \{f(l) - \omega \cdot l\}$$

ω = nível salarial negociado

p = preço do produto

$l(p, \omega)$ = nível de emprego escolhido

$\Pi(p, \omega)$ = lucro máximo

O produto de Nash é maximizado, de forma que:

$$\text{MAX}_\omega (\omega - h(\mu)) \cdot \Pi(p, \omega)$$

Sendo $h(\mu)$, a renda alternativa do trabalhador na condição de desempregado.

O salário obtido no processo de barganha é uma função da taxa de desemprego vigente e não depende diretamente da produtividade do trabalho, dependendo indiretamente do impacto da produtividade sobre a taxa de desemprego de

equilíbrio. Após negociado o salário, o nível de emprego é obtido como função das variáveis exógenas à firma: produtividade e taxa de desemprego.

De acordo com o modelo, a taxa de desemprego, também, varia inversamente com o nível de produtividade. O nível salarial de equilíbrio, $\omega(\lambda)$, pode ser obtido a partir da taxa de desemprego de equilíbrio, na equação que desenha a curva de salário, do modelo de barganha salarial.

A curva de salário, que compreende o conjunto destes pontos de equilíbrio, é representada por:

$$\text{Log}(\omega(\lambda)) = \log(b/2b - 1) - a - d\mu(\lambda)$$

onde,

$$h(\mu) = e^{-a - d\mu}$$

$$\Pi(p, \omega) = p\omega[1 - b/b](\lambda/\omega)^{1-b}$$

Do mesmo modo, neste modelo, a magnitude da inclinação da curva de salário depende do parâmetro “d”, o impacto da taxa de desemprego sobre os benefícios recebidos por um desempregado. Para um “d” maior, temos uma menor sensibilidade da taxa de desemprego à produtividade do trabalho com relação à sensibilidade do nível salarial à produtividade do trabalho. Assim, quanto maior for o parâmetro “d” maior a inclinação da curva de salário. Quando o parâmetro “d” tende a infinito, a curva de salário torna-se vertical, refletindo uma taxa de desemprego que independe da produtividade do trabalho.

O “d” está representando a sensibilidade da renda alternativa (utilidade total obtida por um trabalhador desempregado), ao desemprego. Com um “d” maior, um aumento no nível de desemprego vai ter um efeito grande na diminuição de chances do trabalhador encontrar um novo emprego, ou uma nova fonte de renda por um salário satisfatório. A renda alternativa vai depender muito do nível de desemprego. Com isso, o poder de barganha dos trabalhadores diminui. Teremos uma produtividade maior para um salário mais baixo. A taxa de desemprego não vai depender da produtividade do trabalhador. Um “d” alto, portanto, vai representar um nível de salário negociado menor.

O estudo teórico realizado até aqui, sugere a existência de uma relação inversa (negativa) entre o nível de salários e a taxa de desemprego para a curva de salário.

IV - ANÁLISE EMPÍRICA DA CURVA DE SALÁRIO

IV.I - A Curva de Salário para os Estados Unidos:

Os modelos descritos anteriormente, na teoria, contradizem estudos a favor da existência de uma relação positiva entre salário e nível de desemprego (Harris – Todaro:1970).

Os estudos realizados, comprovam a possibilidade de que a remuneração e o desemprego sejam inversamente relacionados e criticam a aproximação competitiva da análise do mercado de trabalho.

A análise, neste caso, é feita em relação ao mercado de trabalho Americano, através do estudo de sua curva de salário.

Tomou-se como base duas fontes de dados: O primeiro corresponde, ao General Social Surveys (GSS) de 1974 a 1988. O segundo, 150 vezes maior, ao Current Population Survey (CPS) de 1964 a 1991.

Medidas desagregadas do desemprego local, sendo elas relativas a indústrias ou regiões, entram negativamente e significativamente na equação de remuneração dos Estados Unidos.

Os resultados encontrados, relativos às taxas de desemprego regional e industrial foram aproximadamente os mesmos. O que emerge dos dados é a evidência de uma associação negativa entre remuneração e desemprego.

- **Primeira pesquisa:**

Base de dados:

The U.S General Social Survey, 1974 – 1988

Série de pesquisas conduzida anualmente desde 1972. Constitui-se numa amostra anual pequena, composta de pessoas que falam a língua nativa, com no mínimo dezoito anos de idade e que residem em moradias privadas. Entre 1972 e 1988, existiam 23,356 indivíduos na amostra, dos quais 13,076 ou 56% estavam trabalhando, na época da entrevista. A amostra empregada na análise é dos anos 1974 a 1978, 1980, e 1982 a 1988. A amostra usual é de 10,703 trabalhadores.

Variáveis do Modelo:

Experiência e seu respectivo quadrado, filhos, gênero, sindicalização, desemprego passado, emprego autônomo, meio expediente, supervisão, 3 dummies de estado civil, 2 dummies de raça, 1 dummy representando a probabilidade de se perder o emprego e dummies representando o período de 13 anos, além da variável, anos de instrução.

Metodologia:

A variável dependente na regressão é o logaritmo natural da remuneração anual bruta. As diferentes equações de remuneração são estimadas utilizando-se os Mínimos Quadrados Ordinários(MQO), cada equação inclui uma série de variáveis de controles pessoais como experiência, anos de estudo, gênero, estado civil, participação em sindicatos, raça, meio expediente, bem como uma série de dummies anuais. A variável de desemprego regional é definida, na análise, entre nove grandes regiões dos Estados Unidos, com mais de 13 anos de amostra, para cada uma. Cento e dezessete diferentes observações do desemprego regional são produzidas pela amostra GSS. A variável logaritmo do desemprego regional é acrescentada dentro da forma convencional da equação da remuneração.

Resultados:

Foi encontrado um pequeno insignificante e positivo coeficiente do desemprego local. Não havendo sustentação para a hipótese de inclinação positiva (Harris-Todaro:1970), nem para a curva de salário com inclinação negativa. Este resultado revelou a existência de não linearidade nos dados. A evidência encontrada, correspondente aos Estados Unidos, é a favor de um número de especificações não-lineares na taxa de desemprego. A relação salário/desemprego no espaço tem um formato de U. Com a adição da variável correspondente ao cubo do log do desemprego, a performance da equação original melhorou. Ambos os termos correspondentes ao

desemprego regional tornam-se significantes. Dummies regionais também foram acrescentadas o que levou o desemprego regional a um baixo nível de significância.

Nenhuma conclusão forte emergiu do GSS. Não houve suporte através de dados, para a hipótese da relação de inclinação positiva entre remuneração e desemprego local. Existe uma fraca evidência, de uma curva de salário regional negativamente inclinada e um forte suporte para a presença de uma complexa não-linearidade.

- **Segunda Pesquisa:**

- Base de dados:**

- The Current Population Surveys, 1964 – 1991**

A fonte de dados da estatística governamental oficial dos Estados Unidos para o emprego, pesquisa conduzida durante mais de 40 anos ,utilizou-se de uma amostra de 56,500 famílias que foram entrevistadas em cada mês, selecionadas aleatoriamente com base na área de residência, estados individuais e áreas específicas. Cada família foi entrevistada uma vez ao mês, por quatro meses consecutivos em um ano, e novamente pelo mesmo período de tempo correspondente, um ano depois. O CPS consiste em indivíduos que estavam empregados no ano anterior e que comunicaram os seus salários. Omitimos os empregados autônomos e os que trabalham sem remuneração. São mais de 1.7 milhões de observações, cada uma, correspondente a trabalhadores de meio expediente ou período integral.

Metodologia:

Este teste se divide em etapas.

- Evidência da curvas de salário regional, para um período de 25 anos, 1963 a 1987. Subamostras estimadas são fornecidas pelos períodos de: 1960s, 1970s e 1980s, com o objetivo de identificar o seu formato ideal. O modelo escolhido foi o log simples.
- séries de estimadores não restritos utilizando variáveis dummies produzindo a evidência de uma curva de salário negativamente inclinada.
- Terceiro, são apresentadas séries de estimadores desagregados da curva de salário, que examinam a elasticidade do desemprego em relação à remuneração para diferentes grupos de indivíduos. As desagregações são devidas a características pessoais como, gênero, idade, raça e pelas características relativas ao local de trabalho.

Variáveis do Modelo:

Experiência e seu respectivo quadrado, anos de instrução, 4 dummies de estado civil, 2 dummies de raça, 1 dummy de setor privado, 1 dummy de gênero, 1 dummy de meio expediente.

Resultados e suas variantes:**Curva de salário para os Estados Unidos(CPS, 1963 – 1990):**

A variável dependente na regressão foi o log da remuneração anual .Os resultados do CPS apresentam estimativas do log anual da equação da remuneração, para uma amostra de aproximadamente 1.7 milhões de indivíduos.

O log do desemprego regional entra como regressor, apresentando um coeficiente negativo, com um nível de significância acima do normal. O coeficiente do desemprego regional foi de -0.1 . A elasticidade do desemprego encontrada foi -0.1 .

No que diz respeito, ao formato da curva de salário, foram utilizados coeficientes das variáveis do desemprego regional para a sua construção. Há uma forte evidência de uma curva, bem definida, ligando remuneração e desemprego com inclinação negativa, nos Estados Unidos.

No período de 1960 a 1980, uma duplicação da taxa de desemprego regional foi estimada como sendo associada a 10% de declínio nas remunerações anuais, o que reflete uma curva de salário negativamente inclinada e a elasticidade do desemprego em relação à remuneração de aproximadamente -0.1 . Foi encontrada evidência da existência de uma curva de salário na área regional, com inclinação negativa. Ela tende a inclinar-se positivamente, só para baixos níveis de desemprego. Há uma tendência de inclinação positiva para salários e desemprego de longo prazo, e

negativa para a mesma relação no curto prazo. O que procura separar, o desemprego causado por fatores estruturais, do causado por fatores transitórios.

O desemprego agregado nos Estados Unidos que era de aproximadamente 5.4% no início do período, alcançando 6.1% no final, parece ter baixado de 3.4% em 1969, comparado com um aumento de 9.55 em 1982 e 1983, atingindo uma média de 6%. De uma região para a outra, há diferenças substanciais no nível, e na variabilidade do desemprego.

Em áreas onde a taxa de desemprego de longo prazo é alta, trabalhadores são pagos com um diferencial compensatório positivo. A variável desemprego permanente entra positivamente e significativamente na equação.

Alguns autores argumentaram que desemprego e salários são positivamente correlacionados nos Estados Unidos. Freeman (1982) observou que este padrão não deveria ser adotado para trabalhadores jovens, cuja taxa de desemprego é similar entre altos salários e baixos salários nas áreas metropolitanas, e cuja taxa de trabalhadores empregados é menor em áreas de salários baixos.

Foram estimadas equações de remuneração para homens jovens com dados de 1983 a 1987. Uma vez mais, a sensibilidade dos salários foi maior para homens negros do que para homens brancos. Na maioria dos casos analisados houve a evidência de uma curva de salário. A elasticidade do desemprego em relação à remuneração foi, novamente, - 0.1.

Para os estimadores não limitados da curva de salário dos Estados Unidos, observou-se o efeito do desemprego local nos salários. As especificações pareceram confirmar a visão de que a curva de salário é uma função negativamente inclinada entre salário e desemprego regional.

Equações comparativas foram obtidas separadamente para 1960s, 1970s, e 1980s. O desemprego é relativamente baixo em 1960s. Não foi encontrada quase nenhuma evidência de uma relação entre salário e desemprego regional, negativamente inclinada. Os resultados para 1970s, mostraram a existência de alguma evidência de uma curva de salário negativamente inclinada. Para 1980s existem fortes evidências de uma curva de salário regional, negativamente inclinada no mercado de trabalho dos EUA.

Nas três décadas há sinais de uma relação negativa entre salário e desemprego. Foi encontrada alguma evidência de uma porção positivamente inclinada da curva de salário em 1970s, onde o desemprego regional é aproximadamente 8.5% maior, onde 10% dos indivíduos estão inclusos neste contexto.

Na análise da Curva de Salário desagregada, foi examinada a dimensão em que, os estimadores da elasticidade do desemprego em relação à remuneração, apresentados anteriormente, variam de acordo com as diferentes características dos indivíduos na amostra. Para cada subamostra, uma regressão diferente foi estimada. O

desemprego regional foi inserido como logaritmo natural. A amostra foi dividida em subgrupos de acordo com uma determinada característica.

Como resultados, temos que, a remuneração será mais flexível, quanto menor for o poder de barganha de um grupo. Efeitos do desemprego sobre a remuneração, devem ser maiores para os indivíduos com menor nível de escolaridade, os mais jovens, os que trabalham em setores não sindicalizados e em setores muito cíclicos.

A estimativa da elasticidade do desemprego regional em relação a remuneração foi de -0.1 . A remuneração masculina tem uma sensibilidade ao desemprego duas vezes maior que a remuneração feminina. O efeito do desemprego parece ser maior em termos absolutos para trabalhadores menos instruídos e mais jovens. O salário inicial para trabalhadores menos treinados é significativamente menor, quanto mais alta for a taxa de desemprego local.

De acordo com alguns resultados, a elasticidade do desemprego em relação a remuneração é maior para os menos instruídos, para os mais jovens, e para os empregados do setor de serviços; os seus salários são mais flexíveis.

Um outro experimento foi feito com CPS, no período 1979 a 1988, para analisar como a remuneração dos setores públicos e privados, respondem às condições do mercado de trabalho local. Foram estimadas séries de equações de log de remuneração por hora para trabalhadores privados, regionais, locais, estatais e federais

numa série com variáveis de controle e dummies regionais. Os resultados encontrados foram de uma curva de salário com inclinação positiva para todos os três setores, enquanto uma curva de salário negativamente inclinada estava presente para os setores privado, e para os trabalhadores do governo estadual, local e federal em 1988.

Mudanças nos coeficientes de salário por setor foram traçadas contra variações nas taxas de desemprego entre 1979 e 1988, com fortes respostas negativas do setor privado e dos salários governamentais, estaduais e locais, às variações nas taxas de desemprego e praticamente nenhuma resposta dos salários federais ao mercado de trabalho.

A remuneração do setor privado apresentou uma sensibilidade bem maior a mudanças no desemprego, do que no caso, da remuneração do setor público. A elasticidade do desemprego em relação à remuneração do setor privado se encontra entre - 0.10 e - 0.14; e no setor público entre - 0.02 e - 0.05. Isto faz sentido, pois o setor público é mais centralizado em suas decisões de pagamento.

A curva de salário do setor sindicalizado é favorecida em relação a do setor não sindicalizado. A remuneração dos trabalhadores, pertencentes à união sindical nos Estados Unidos, tem metade da flexibilidade em relação ao desemprego, que a remuneração dos indivíduos não sindicalizados. A elasticidade do desemprego em relação aos sindicalizados foi de - 0.07 e para os não sindicalizados de - 0.12.

A remuneração dos trabalhadores sindicalizados no setor público foi a menos sensível. Ela depende mais do desemprego local quando o patrão é o estado do que quando se trata do governo federal.

Em outro experimento, nos setores de agricultura, construção, serviços privados familiares e serviços negociais, a remuneração foi aparentemente sensível à movimentos na taxa de desemprego. O efeito foi mais claro na agricultura. No setor automobilístico, que é fortemente sindicalizado e baseia-se mais em contratos, a remuneração parece ter sido positivamente correlacionada ao desemprego corrente. Em relação à desagregação regional, deve existir uma pequena diferença na natureza da estimação das curvas de salário entre às regiões. A maior elasticidade do desemprego em relação à remuneração encontrada foi de - 0.15, enquanto a menor foi de - 0.04.

IV.II - Curva de Salário para a Inglaterra:

No período de 1965-1990, o desemprego na Inglaterra cresceu de 1,4% para 5,8%, atingindo seu nível máximo de 11,55%, em 1986. Enquanto, a taxa de desemprego Americana, no mesmo período, cresceu de 4,4% para 5,5%, atingindo o pico de 9,5% em 1982 e 1983. O aumento mais crítico da taxa de desemprego na Inglaterra ocorreu entre 1979-81, quando o desemprego dobrou. Em 1979, o registro era de 1,3 milhões de desempregados, comparados com aproximadamente 2,5 milhões em 1981. No período após 1982, a taxa de desemprego da Inglaterra, esteve abaixo da taxa dos EUA. Ultimamente, a taxa de desemprego da Inglaterra vem apresentando índices

mais altos do que a Americana, embora ambas apresentem uma tendência a convergir no final dos anos 80.

Entre 1965-1987 foram encontradas grandes diferenças no nível médio de desemprego entre as regiões – apresentando taxas que variam de 3.7 abaixo da média nacional até uma taxa de 9.9 acima da mesma média – algumas áreas, com forte concentração de indústria manufatureira, foram atingidas pela recessão do choque do petróleo, no período de 1979-1981.

Em contraste com a taxa de desemprego regional dos EUA, a taxa de desemprego das regiões inglesas, apresentaram uma trajetória muito próxima das séries de desemprego nacional.

No estudo da curva de salário para a Inglaterra, foram adotadas duas fontes de pesquisa, que mostraram ser de maior utilidade para uma posterior análise comparativa. As fontes de dados utilizadas foram The British Social Attitudes Surveys (BSA, 1983- 1989) e The General Household Surveys (GHS, 1973-1990).

The British Social Attitudes Surveys, 1983-1989:

Base de dados:

A curva de salário foi estimada utilizando-se dados individuais de séries do BSA, (1983-1987 e 1989). A variável independente corresponde à remuneração bruta anual. Os dados salariais são agrupados e não limitados, neste caso, em treze

categorias. Estes foram coletados de uma outra fonte de pesquisa. A taxa de desemprego foi mapeada no nível da região.

Variáveis:

Sessenta dummies industriais, 11 dummies regionais, 3 dummies de estado civil, 1 dummy para não – manual, 1 dummy para supervisor, 2 dummies para sindicalizados, 1 dummy de gênero, variável correspondente à experiência e seu quadrado, anos de instrução, 1 dummy referente à perspectivas de ascensão no trabalho e uma dummy para o caso de desemprego nos primeiros cinco anos.

Metodologia:

As equações incluem um conjunto de controles em relação ao local de trabalho e a características pessoais, além de dummies industriais e anuais. Há também a vantagem da possibilidade de incluirmos um conjunto de controles de efeitos fixos específicos de cada área, correspondendo a dummies regionais com o mesmo nível de agregação da variável desemprego – o que mais tarde demonstrou ter um pequeno efeito no tamanho do estimador da elasticidade do desemprego regional em relação à remuneração.

Foram utilizadas especificações não- restritas, para a definição do formato desta curva de salário, do mesmo modo como foi estimado para os Estados Unidos. A distribuição do desemprego foi dividida em seções de 5%; 19 variáveis dummies entraram na equação de remuneração, com o mesmo vetor da variável independente, o que, também inclui uma dummy para cada região.

Resultados:

De acordo com os dados do BSA, foi encontrada a evidência de uma curva de salário negativamente inclinada.

Uma análise comparativa das elasticidades do desemprego em relação à remuneração foi realizada, para diferentes grupos de trabalhadores através do estudo da curva de salário desagregada, esta análise também foi aplicada nos EUA. A variável dependente, neste caso, foi novamente o log de anual da remuneração. As equações, aqui, foram estimadas separadamente para cada subgrupo.

Trabalhadores manuais, não – sindicalizados, que trabalham numa pequena firma, os mais jovens, os menos instruídos e de menor experiência individual, obtiveram relativamente uma alta elasticidade do desemprego em relação à remuneração, de aproximadamente - 0.2 (se a taxa de desemprego dobrar, a remuneração destes trabalhadores sofrerá uma redução de 20%). A remuneração dos trabalhadores sindicalizados, não se mostrou muito sensível à taxa de desemprego local. A elasticidade do desemprego em relação à remuneração do setor público e privado, ao contrário do resultado obtido para os EUA, não se mostrou significativamente diferente. O mesmo podemos afirmar no caso dos estimadores para manufatura e serviços.

A elasticidade, neste caso, continuou sendo de aproximadamente - 0.1. A remuneração dos trabalhadores não – sindicalizados, dos mais jovens e dos menos experientes mostrou-se particularmente flexível. Apesar de, nenhuma diferença

significante nas elasticidades estimadas entre trabalhadores manuais e não Manuais, ou por anos de instrução, terem emergido dos dados.

Uma observação feita por Rodseth (1990), afirmou que as elasticidades desagregadas fornecidas pelos estimadores britânicos, se encontravam muito próximas as geradas pelos estimadores americanos.

The General Household Surveys, 1973-1990:

Esta pesquisa refletiu com mais proximidade o mercado de trabalho britânico, do mesmo modo que o teste CPS para os EUA.

Base de Dados:

Esta análise abrange 60,000 indivíduos, que se encontravam empregados na data da entrevista e forneceram informações a respeito de sua remuneração bruta semanal, incluindo salários, bônus, comissões e qualquer outra espécie de remuneração do trabalho, para os 12 meses precedentes.

Variáveis:

GHS (1973-1977): 24 dummies industriais, 10 dummies regionais, 5 dummies correspondentes a estado civil, 17 dummies de qualificação, 18 dummies de ocupação, 4 dummies anuais, 1 dummy de gênero, variável correspondente à experiência e seu quadrado, 1 dummy de meio expediente e 11 dummies mensais.

GHS(1973-1990): 10 dummies industriais, 4 dummies de estado civil, 15 dummies representando alta qualificação, 17 dummies, 1 dummy de gênero, variável de experiência e seu quadrado, 1 dummy de meio expediente, dummies representando onze meses de entrevista, 1 dummy de raça e 11 dummies regionais interagindo com 1 dummy para anos acima de 1977.

Metodologia:

As equações da regressão incluem 11 dummies mensais, além de dummies industriais, de ocupação, regionais, dummies de qualificação e controles pessoais. A taxa de desemprego foi mapeada no nível da região padrão, para o ano da entrevista. Na Segunda etapa, a curva de salário semanal é estimada para o período de 1973-1990, tendo como variável dependente o log de remuneração semanais. As regressões incluem dummies mensais e as correspondentes ao ano da entrevista, bem como, controles por raça, gênero, anos de instrução, experiência e seu quadrado, estado civil, de meio expediente, alta qualificação e industriais.

O tamanho total da amostra apresenta-se acima de um terço de um milhão, onde devemos encontrar 175,946 dados salariais de trabalhadores. Isto significa uma média de aproximadamente 10,000 observações por ano.

Resultados:

Neste caso, os resultados agregados, também, convergem para uma elasticidade do desemprego de aproximadamente - 0.1. Este teste também estima a elasticidade do desemprego em relação à remuneração de forma desagregada.

Observou-se a existência de uma similaridade dos diferentes grupos de estimadores da elasticidade do desemprego em relação à remuneração, o que difere dos resultados do BSA. Este resultado é reproduzido, utilizando-se o log da remuneração por hora, como variável dependente.

No caso dos estimadores não – restritos, mais uma vez foi encontrada a evidência de uma curva de salário negativamente inclinada. Os resultados até aqui, referem-se ao período de 1973-77.

Uma segunda etapa fornece estimadores para o período de 1973-1990, utilizando-se dados da remuneração semanal, onde a variável dependente corresponde ao log da remuneração semanal.

Estimadores desagregados da curva de salário são controlados pelos efeitos fixos específicos das regiões. A remuneração de negros, trabalhadores de construção, jovens, e dos menos experientes, apresentaram uma flexibilidade acima da média. A elasticidade do desemprego estimada para trabalhadores negros foi de - 0,23, o que representa mais de duas vezes a média. Outras estimativas são feitas para homens,

mulheres e negros. Estar casado aumenta a remuneração masculina, mas reduz a feminina. A taxa de retorno para um ano a mais de instrução é maior para homens do que para mulheres, enquanto o retorno da qualificação universitária é maior para as mulheres. O homem negro parece receber, aproximadamente, 15% menos do que o homem branco; mulheres negras não apresentaram diferença negativa na sua remuneração, quando comparadas às mulheres brancas (*ceteris paribus*). Em relação à experiência masculina, esta apresentou um perfil mais inclinado que a feminina. Ambos homens e mulheres maximizaram remuneração após trinta anos de experiência. Treinamentos refletiram benefícios para homens e nenhum para mulheres.

Especificações não-restritas apresentaram uma tendência de queda no coeficiente de elasticidade, na medida em que a taxa de desemprego aumenta.

IV.III - Curva de Salário para a Alemanha:

O estudo da curva de salário para a Alemanha, pretende mostrar a consistência deste fenômeno, que abrange não só países institucional e culturalmente similares, no caso dos Estados Unidos e da Inglaterra, mas também nações com estrutura diferente, como a Alemanha e o Brasil. A análise comparativa, nesta seção, vai se concentrar entre os dois países Europeus e os Estados Unidos, posteriormente, o Brasil será inserido neste contexto.

A análise feita nas Alemanha utilizou-se de microdados desenhados pelo recurso, ISSP de 1985-1991, que estimou a equação da remuneração para o país, obtendo como resultado a evidência de uma curva de salário negativamente inclinada.

O principal objetivo da pesquisa ISSP consistiu em estabelecer um conjunto de dados comparáveis internacionalmente.

A Alemanha constitui-se num país mediano em termos populacionais, apresentando aproximadamente, a mesma população da Inglaterra – 60 milhões de pessoas. Os países Europeus apresentaram um crescimento real do PIB durante o período de 1985-1992. Foram encontradas diferenças consideráveis entre os países, no que se refere ao seu nível de atividade e de sindicalização. A taxa de participação feminina teve influência relevante no nível de atividade destes países.

No período de 1986-1987 a taxa de sindicalização nos EUA era de 17%, havendo uma tendência para o declínio de sua densidade sindical na década de 80. A mesma tendência foi observada, em menor extensão, na Inglaterra, onde o declínio, refletido na porcentagem da força de trabalho, foi associado a um aumento do desemprego após 1980. Em contraste, houve um crescimento da densidade sindical na Alemanha, na mesma década.

A Alemanha foi considerada pela maioria dos autores, como um país corporativista e centralizado, enquanto EUA e Inglaterra, como não corporativos, com baixa centralização.

A maioria das nações apresentou um substancial crescimento do desemprego entre 1980-1982. O desemprego manteve-se alto durante a década de 80, mostrando sinais de declínio no final deste período. Entre 1985-1988 a produção industrial cresceu 6% na República Federativa da Alemanha, 10% nos Estados Unidos e 10% na Inglaterra. Os EUA sofreram, também, uma queda em sua remuneração real.

Características do Mercado de Trabalho na Alemanha:

O PIB alemão foi de U\$ 612 bilhões, desde 1985, considerado mais alto do que em qualquer outro país da OECD, exceto EUA e Japão. A sua inflação manteve-se baixa durante toda a década de 80. Em relação à taxa de desemprego, esta apresentou, um forte aumento em relação aos demais países (1971:0.6% - 7.7%:1984), porém os níveis de desemprego mantiveram-se abaixo dos padrões de troca, devido a abrangência dos benefícios destinados aos desempregados. De acordo com os estimadores da OECD, o período de um ano de desemprego, causou uma na renda de 32%. No ano de 1988 aproximadamente 40% dos alemães se encontravam devidamente ocupados, predominantemente na indústria (41%-Alemanha; 29,4%-Inglaterra). O setor de serviços empregou 54,5% na Alemanha e 68,3% na Inglaterra. No ano de 1983, a participação de trabalhadores estrangeiros na força de trabalho cresceu 8.5%.

A densidade sindical na Alemanha manteve-se constante entre 1975-1989, em aproximadamente, 38% de trabalhadores empregados.

A barganha coletiva entre os sindicatos e empregadores é limitada a um único plano e caracteriza-se por ser altamente burocratizada e legalizada. De acordo com as leis alemãs o sindicato e a associação de empregadores tem o poder de negociar um novo contrato sem a devida ratificação de empregados e empregadores. A remuneração negociada adotada para um estado, é geralmente tomada como base para os outros. Além disso, a barganha é limitada pela legislação social, que cobre a maioria dos outros benefícios trabalhistas. O salário mínimo é tomado como base de negociação e permite-se às firmas fixarem salários acima deste nível.

Testes e seus Resultados:

O recurso ISSP 1986-1991 foi utilizado para estimar a equação log da remuneração incluindo o vetor de controles pessoal e local de trabalho. A taxa de desemprego foi mapeada separadamente para gênero e idade entre onze regiões.

A remuneração na Alemanha parece ter sido determinada por forças similares as da Inglaterra e EUA, marcadamente influenciada por variáveis, do tipo gênero, estado civil, idade, qualificação, trabalho de meio-expediente e membros de sindicatos.

Blanchflower em seus estudos, encontrou um diferencial salarial significativo entre trabalhadores sindicalizados e não sindicalizados para a Alemanha, com os dados do ISSP para 1985-87, onde foi utilizado um número mais limitado de variáveis de controle, que permitiram uma comparação com outros países.

Através da fonte de dados ISSP, temos a construção de duas curvas de salário coincidentes no ponto médio da relação salário/desemprego. Estas apresentaram um formato similar e minimizaram a taxa de desemprego no nível de 11%.

Wagner (1994), procura testar a existência de uma curva de salário, utilizando-se de um recurso menos abrangente. As amostras são de trabalhadores alemães de tempo integral, sendo eles operários ou trabalhadores de escritório. O desemprego é medido a nível local e restringe sua análise à categoria masculina. O nível salarial é medido pela remuneração mensal bruta.

Foram incluídas, neste teste, variáveis de controle pessoal e um grupamento de dummies anuais. As especificações incluem o log natural do desemprego regional, com ou sem controle de efeitos regionais fixos.

Encontraram-se diferenças nas elasticidades do desemprego nos períodos de 1979-85 e 1984-90, estas podem ter ocorrido por representarem períodos de ciclos macroeconômicos diferentes. A elasticidade, também no caso da Alemanha tendeu a convergir para - 0.1.

V - RESULTADOS EMPÍRICOS COMPARATIVOS PARA O BRASIL

Barros, utilizando-se de dados da PME (pesquisa mensal do emprego), obteve estimativas da inclinação da curva de salário e portanto, do grau de flexibilidade salarial do mercado de trabalho, no Brasil.

O mercado de trabalho metropolitano masculino foi dividido em 54 compartimentos, que foram obtidos através da combinação de uma divisão geográfica em seis regiões metropolitanas (Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Recife), com uma divisão de trabalhadores em três grupos educacionais (0-4, 5-8 e 9 a mais anos de estudo) e três grupos etários (20-34, 35-49, 50-64 anos). Então foi estimada a evolução do salário real médio e da taxa de desemprego para cada um dos 54 compartimentos e para cada mês, de fevereiro 1982 a setembro de 1994. O resultado obtido foi de 54 pares de séries temporais, cada uma com 112 observações. Cada um dos pares de séries temporais foi utilizado para a obtenção de estimativas dos três estimadores da inclinação da curva de salário, que são respectivamente:

$$(a1 = \text{Cov}(\log(\omega), u) / \text{Var}(u); a2 = \text{Var}(\log(\omega)) / \text{Cov}(\log(\omega), u); a3 = - \sigma(\log(\omega)) / \sigma(u)).$$

Como a inclinação da curva de salário pode variar ao longo do tempo, foram feitas estimativas da curva de salário para cada um dos 10 triênios, estes foram combinados com 54 compartimentos e três métodos de estimação gerando 1620 estimativas da

flexibilidade salarial para diversos compartimentos do mercado de trabalho brasileiro ao longo da última década.

Percepções distintas foram retiradas dos estimadores a respeito da inclinação da curva de salário. Um deles refletiu uma curva de salário praticamente horizontal, com uma inclinação de - 4 para o Brasil. Neste caso temos um grau alto de rigidez salarial, onde oscilações em variáveis exógenas ao modelo, não causariam maiores alterações no nível de salário, tendo efeito quase total na taxa de desemprego. Isto nos mostra que, neste caso, o nível de desemprego é sensível às oscilações em variáveis exógenas ou seja, tomando como base um choque de produtividade, poderíamos dizer que o desemprego depende fortemente da produtividade do trabalho. O valor da inclinação nos diz a medida da flexibilidade, ou seja, quanto a taxa de desemprego se altera devido a oscilações em variáveis econômicas e estruturais. Neste caso, a flexibilidade é pequena, o salário é rígido e o desemprego sofre uma maior influência de choques externos.

Um outro caso encontrado foi o de uma curva de salário quase vertical, com uma grande inclinação de aproximadamente - 40, demonstrando um alto grau de flexibilidade salarial, onde oscilações em variáveis exógenas como choques de produtividade, seriam absorvidos em sua maioria por alterações salariais, mantendo o nível de desemprego estável, ou seja, o nível de desemprego não dependeria da produtividade do trabalho, como foi afirmado anteriormente na justificativa teórica.

Porém o estimador fornecido, neste caso, demonstrou-se muito instável, não sendo muito confiável.

A última estimativa para a inclinação da curva de salário foi - 12. Este estimador pareceu fornecer uma estimativa mais compatível com o perfil do mercado de trabalho brasileiro. Este resultado demonstrou ser o mais confiável. Temos, então um parecer de alta flexibilidade no mercado de trabalho brasileiro, o que nos permite concluir que o mercado brasileiro não é tão vulnerável, a choques de produtividade, estes podendo ser absorvidos em grande parte por alterações salariais.

Uma razoável flexibilidade dos salários, nos garante uma maior estabilidade do nível de emprego em relação a ciclos econômicos e choques exógenos.

Para efeito de comparações internacionais, o estimador da inclinação da curva de salário que mais tem sido utilizado é o do limite inferior - 4.

Segundo Blanchflower e Oswald, a estimativa da inclinação da curva de salário nas economias industrializadas estaria próxima a - 2 para taxas de desemprego próximas a 5 %.

Barros, afirma então, que a estimativa de - 4 para o Brasil nos garante um grau de flexibilidade salarial muito próximo dos países industrializados com maior flexibilidade salarial. Esta estimativa da inclinação da curva de salário para o mercado

de trabalho brasileiro, foi considerada por Blanchflower e Oswald a inclinação típica das economias industrializadas.

Barros, observou em sua análise da variabilidade do grau de flexibilidade salarial, que os padrões desta variação, são essencialmente os mesmos, independentemente do método de estimação utilizado. A mesma análise demonstra um alto grau de flutuação temporal, com a flexibilidade atingindo o seu nível mais alto no período de 85-87.

Em relação à variação espacial, as metrópoles brasileiras como Rio e São Paulo apresentaram níveis mais altos de flexibilidade salarial, que capitais do Nordeste como Recife e Salvador, o que reflete disparidades regionais.

O perfil etário do grau de flexibilidade salarial foi uma outra variável analisada. Concluiu-se que a faixa etária de maior grau de atividade e participação no mercado de trabalho, correspondeu ao grupo de 39-45 anos, e foi a que apresentou o maior grau de flexibilidade salarial. O grupo formado por trabalhadores mais jovens, os “entrantes” e pelos mais maduros, “*retireds*”(retirantes-trabalhadores prestes a se aposentar), apresentou um grau de flexibilidade menor, talvez por exercerem ocupações menos sensíveis a ciclos econômicos e choques exógenos. Por último temos que os trabalhadores com maior nível de escolaridade apresentaram um menor grau de flexibilidade salarial em relação àqueles com níveis mais baixos de escolaridade.

Foi encontrada uma certa tendência da flexibilidade ser mais alta, para um nível salarial mais elevado.

Análise Comparativa dos índices de Flexibilidade:

Quando comparamos os índices de flexibilidade da pesquisa nacional, com os encontrados nos demais países industrializados, podemos observar uma diferença em seus valores. Os estimadores brasileiros referem-se a números inteiros, o que pode significar uma avaliação de intensidade.

O estimador de valor - 4 foi encontrado para o Brasil, como uma medida de análise comparativa. Enquanto nos países Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha, a estimativa convergiu para o valor - 0.1. Neste caso, a flexibilidade foi medida pelo valor da elasticidade do desemprego em relação à remuneração.

O valor - 4 para o Brasil significa que, uma duplicação na taxa de desemprego corresponde a uma queda salarial de aproximadamente 25%. Analisando de uma outra forma, para um aumento de 24% no nível salarial, seria necessário que o desemprego subisse seis pontos percentuais, o que corresponde, no Brasil, a quase uma duplicação do mesmo.

A taxa de - 0.1 para os países industrializados, significa que para uma duplicação de seu nível de desemprego, teríamos uma queda de 10% na remuneração.

A diferença maior se encontra nas taxas de desemprego dos países, do que propriamente no seu grau de flexibilidade. Se equiparmos as taxas de desemprego dos países industrializados Europeus e Americano a do Brasil, veremos que as diferenças nos índices de flexibilidade convergem, tendo o Brasil aproximadamente - 0.25 e as economias industrializadas - 0.2 para taxas de desemprego próximas às do Brasil.

Portanto, a estimativa de - 4 para o Brasil revela que o grau de flexibilidade salarial do mercado de trabalho brasileiro é similar ao dos países industrializados com mais alta flexibilidade salarial.

VI - CONCLUSÃO

A curva de salário representa uma nova relação do comportamento do salário e do nível de emprego. A natureza desta relação se repete da mesma forma para diversos países.

A teoria gera a curva de salário através de dois modelos: Barganha Salarial e Salário Eficiência, refletindo a evidência de uma inclinação negativa da curva de salário. Altos níveis de desemprego, vem acompanhados de baixa remuneração.

Na análise empírica, as fontes de dados estudadas e os seus respectivos resultados revelaram a existência de uma relação salário/desemprego, apresentando o formato de uma curva convexa, negativamente inclinada.

A curva de salário foi então descrita pela fórmula:

$\text{Ln}\omega = -0.1 \text{Ln}U + (\text{outros termos})$ onde,

$\text{Ln}\omega = \log$ da remuneração

$\text{Ln}U = \log$ do desemprego

Outros termos = variáveis de controle

Esta equação similar para a maioria dos países, implica numa elasticidade do desemprego em relação a remuneração igual a -0.1 , ou seja, uma duplicação no

desemprego estaria associada a uma redução de 10% na remuneração do trabalhador. A resposta da remuneração às condições do mercado de trabalho é retirada do coeficiente $\ln U$ na equação do log da remuneração, que sugere o mesmo $- 0.1$ para diferentes países.

Todas as nações estudadas apresentaram uma curva de salário. Esta relação desenvolve um método para o cálculo do índice de flexibilidade salarial, que demonstra como o mercado de trabalho se ajusta a choques exógenos de produtividade.

A elasticidade do desemprego em relação à remuneração, nos forneceu uma medida o grau de flexibilidade do mercado de trabalho, para os Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha. A elasticidade estimada em cada país, esteve próxima de $- 0.1$, o que reflete o grau de flexibilidade convergente entre as nações industrializadas.

A estimativa da flexibilidade para o Brasil, revelou um grau de flexibilidade salarial muito próximo dos países industrializados com maior flexibilidade salarial.

VII - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADEO, Edward.J; ESTEVÃO, Marcelo. A teoria Econômica do Desemprego.

Editora Hucitec.

BLANCHFLOWER, David.G; OSWALD, Andrew J. The Wage Curve. The MIT press.

Cambridge, Massachusetts, London, England.

CAMARGO, J.M. A Flexibilidade do Mercado no Brasil. Editora Fundação Getúlio

Vargas. Rio de Janeiro.

GONZAGA, G. M. Employment in Brazil: A Low Productivity Problem. Pontifícia

Universidade Católica 1997. Rio de Janeiro.

GONZAGA, G.M. Desemprego Regional no Brasil: Uma Abordagem Empírica. FEA-

USP/ FIPE.

KLAU, F; MITTELSTADT, A . Labour Market Flexibility. OECD Economic Studies.

LAYARD, Richard; NICKELL, Stephen; JACKMAN, Richard. Unemployment –

Macroeconomic Performance and The Labour Market. Oxford University Press

1991.

MC DONALD, I.M; Solow, R.M. Wage Bargaining and Employment. The American Economic Review 1981.

VII – ANEXO

